



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I - CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**A CONTABILIDADE COMO CIÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Joselito Costa de Arruda

**Campina Grande – PB
2016**

JOSELITO COSTA DE ARRUDA

**A CONTABILIDADE COMO CIÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC
apresentado ao Departamento do Curso de
Ciências Contábeis, da Universidade Estadual
da Paraíba, como requisito parcial à obtenção
do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Esp. José Luís de Souza

**Campina Grande – PB
2016**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A779c Arruda, Joselito Costa de
A contabilidade como ciência na construção do desenvolvimento sustentável [manuscrito] / Joselito Costa de Arruda. - 2016.
19 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2016.

"Orientação: Prof. Esp. José Luís de Souza, Departamento de Contabilidade".

1. Contabilidade ambiental. 2. Sustentabilidade. 3. Desenvolvimento socioambiental. I. Título.

21. ed. CDD 657.6

JOSELITO COSTA DE ARRUDA

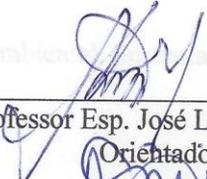
**A CONTABILIDADE COMO CIÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, sendo aprovado em sua forma final.

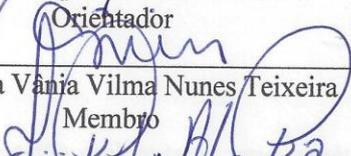


Professor Esp. Cláudio de Oliveira Leôncio Pinheiro
Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso

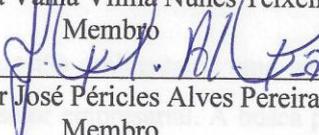
Professores que compuseram a banca:



Professor Esp. José Luís de Souza
Orientador



Professora Vânia Vilma Nunes Teixeira
Membro



Professor José Pércles Alves Pereira
Membro

Campina Grande – PB, 18 de outubro de 2016

A Deus pelo dom da vida,
e ao meu pai Jaime Gomes de Arruda (*in memoriam*), DEDICO.

AGRADECIMENTOS

À minha família que sempre esteve ao meu lado, me apoiando;

À Minha mãe, Maria Auxiliadora Costa de Arruda, que é o meu tesouro e um exemplo de força e determinação;

À minha namorada, Marília Castro Ramos, por todo amor, carinho, compreensão e apoio;

Aos meus irmãos Francisco Xavier, Orlando, Everaldo e Jailton que são preciosos em minha vida;

A todos os meus amigos que estiveram comigo durante essa jornada e em vários outros momentos da minha vida;

À Vanderléia Lucena pela ajuda e apoio;

A todos os meus professores, tanto da Educação Básica quanto do Ensino Superior pela confiança, ajuda e orientação;

Ao meu orientador, Professor Esp. José Luís de Souza, pelo apoio e orientação na elaboração deste trabalho.

A coordenação do Curso de Ciências Contábeis da UEPB e também a todos os funcionários que trabalham nesta instituição.

A todos, enfim, que mesmo não citados aqui foram/são importantes para que eu hoje pudesse alcançar esta alegria e concluir mais esta etapa.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	06
2 REFERENCIAL TEÓRICO	09
2.1 Contabilidade Ambiental	09
3 METODOLOGIA.....	12
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	13
5 CONCLUSÃO	15
REFERÊNCIAS	17

RESUMO

ARRUDA, Joselito Costa de. **A contabilidade como ciência na construção do desenvolvimento sustentável**. 2016. 15 folhas. Trabalho de conclusão de curso – Curso de Ciências Contábeis, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande-Paraíba, 2016.

A questão da Sustentabilidade Ambiental é de extrema importância, sobretudo, quando considera-se a atual conjuntura, na qual a necessidade de preservar e utilizar os recursos naturais de forma sustentável é evidente. Diante disso, a Contabilidade Ambiental é de suma importância para o bom desenvolvimento e crescimento de uma empresa. Sendo assim, o objetivo desta pesquisa é analisar a contribuição da Contabilidade no desenvolvimento sustentável, a partir do pressuposto de que esta ciência não deve se restringir a escrituração e a mensurações quantitativas do patrimônio econômico e financeiro de uma empresa. E, de forma mais específica, fazer um breve histórico da Contabilidade Ambiental e compreender as contribuições do contador na adoção de uma postura sustentável pela empresa. Para tanto, este trabalho segue uma abordagem qualitativa de pesquisa que permitiu analisar o fenômeno, sem a obrigação de quantificá-lo. Dentro dessa perspectiva, este trabalho se desenvolveu utilizando como método de coleta de dados a pesquisa bibliográfica. Esta pesquisa constatou que a contribuição da Contabilidade para esta nova tendência empresarial está no auxílio oferecido aos empresários na identificação e alocação dos ativos e passivos ambientais, de forma que as empresas conheçam quais custos e benefícios deverão ser adotados na gestão sustentável. Deste modo, é necessário refletir sobre este tema, buscando repensar o sentido atribuído à preservação e renovação dos recursos naturais e visando concretizar a Contabilidade Ambiental como um ramo importante dentro das Ciências Contábeis e dentro da gestão de empresas.

Palavras-chave: Contabilidade Ambiental. Sustentabilidade. Gestão Socioambiental.

1 INTRODUÇÃO

A questão ambiental é uma temática que cada dia mais se torna motivo de preocupação para o setor empresarial. A busca por soluções e respostas para os problemas ambientais provocados pelo crescimento tecnológico e uso irregular dos recursos ambientais são pautas constantes de debate e estudos. Em razão disso, tem se tornado frequente a adoção por parte das empresas de uma postura consciente. Sobre isso, Rocco (2009, p.34), diz que “com o propósito de evitar danos ao meio ambiente, as empresas têm buscado medidas no processo de decisão com vistas a realizar investimentos voltados para o Sistema de Gestão Sustentável.”

O desenvolvimento empresarial, que contribui para o crescimento econômico das empresas, tem relação direta com o processo de globalização que influenciou as transformações políticas e econômicas no mundo inteiro. Deste fato, resultou a preocupação

com a defesa do meio ambiente, já que este desenvolvimento econômico acarretou graves desequilíbrios ambientais, tais como poluição e degradação ambiental. A Gestão Sustentável tornou-se uma medida necessária para minimizar os efeitos nocivos que os avanços econômicos provocaram nas últimas décadas, havendo urgência em conciliar sustentabilidade e desenvolvimento econômico. (PINTO et al, 2006, p.10).

Sendo assim, a preocupação com o meio ambiente por parte das empresas tem fundamento nas ações que o homem tem efetuado com a finalidade de alcançar lucro nos seus empreendimentos comerciais e que tem ocasionado problemas sérios para o meio ambiente, de modo, a comprometer recursos naturais e a forma de vida dos seres vivos na terra.

Um grande avanço no processo de conscientização ambiental por parte das empresas foi o surgimento do Direito Ambiental. Gonçalves (2007, p. 52) reforça essa ideia quando afirma que “o Direito Ambiental surge, assim, para regulamentar a proteção e o uso do meio ambiente objetivando a sadia qualidade de vida, indo ao encontro da nova realidade social”. Dentro da seara do Direito Ambiental, há a Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente. É uma das leis ambientais mais importantes que há, porque além de ser precursora, serve como norte para as demais normas que delas derivam.

Trazendo esta discussão para o âmbito das Ciências Contábeis, a Contabilidade Ambiental, ramo desta ciência surge para auxiliar os gestores de empresas a utilizar da melhor forma possível os custos e benefícios na implantação do Sistema de Gestão Sustentável. É por ter esta função que nos dias de hoje, a Contabilidade Ambiental tem ganhado importância, tanto para a sociedade quanto para os investidores. Para Martins e De Luca (1994, p.25),

as informações a serem divulgadas pela contabilidade vão desde os investimentos realizados, seja em nível de aquisição de bens permanentes de proteção a danos ecológicos, de despesas de manutenção ou correção de efeitos ambientais do exercício em curso, de obrigações contraídas em prol do meio ambiente, e até de medidas físicas, quantitativas e qualitativas, empreendidas para sua recuperação e preservação. (MARTINS e DE LUCA 1994, p.25)

Desta forma, a função do contador com especialidade neste ramo das Ciências Contábeis é prestar informações adequadas relativas às empresas no que se refere aos aspectos sustentáveis e ao respeito às exigências legais que zelam pela defesa ambiental e, sobretudo, informar sobre os custos que um investidor poderá ter ao colocar capital numa determinada empresa.

Neste sentido, a Contabilidade que é responsável pela análise do patrimônio econômico e financeiro e os registros e controle de informações de uma empresa, toma para si a relevante função de contribuir para o direcionamento da Gestão Sustentável e um dos meios

para haver esta contribuição é por meio da efetuação do balanço ambiental. Sendo assim, e de acordo com Ribeiro (1998), o balanço ambiental torna-se uma ferramenta preponderante para uma compreensão da integração entre a empresa e o meio ambiente. De igual maneira, esta ferramenta apresenta informações úteis ao grau de desenvolvimento da gestão empresarial no desenvolvimento de ações que envolvem e envolverão a variável ambiental.

Nesse contexto e considerando a necessidade de delimitar o objeto de estudo, esta pesquisa toma a seguinte questão como problemática: **Qual a contribuição da Contabilidade como ciência para a construção do desenvolvimento sustentável?**

Desta feita, e nesse contexto, o objetivo deste trabalho é analisar a contribuição da Contabilidade no desenvolvimento sustentável, a partir do pressuposto de que esta ciência não deve se restringir a escrituração e a mensurações quantitativas do patrimônio econômico e financeiro de uma empresa. E, de forma mais específica, busca: a) fazer um breve histórico da Contabilidade Ambiental; b) compreender as contribuições do profissional da área da Contabilidade Ambiental na adoção de uma postura sustentável pela empresa.

Não é novidade que o consumo exacerbado e a destruição exagerada dos recursos naturais geraram muitas consequências negativas, o que alertou a sociedade para a urgência em preservar e utilizar os recursos naturais com responsabilidade. Nesse contexto, as empresas se tornaram grandes interessadas em buscar alternativas para continuarem produzindo, mas de forma sustentável e preservando os recursos. Deste modo, é necessário conhecer e compreender o papel da contabilidade como ciência para a construção do desenvolvimento sustentável, o que permitirá fazer uma reflexão sobre como os profissionais desta área podem atuar nas empresas, de modo a contribuir para a adoção de uma postura socioambiental pelas empresas marcada pelas novas tendências de gestão sustentável.

Desta forma, a realização deste trabalho se justifica pela necessidade de investigar a temática da contabilidade como ciência na construção do desenvolvimento sustentável, que é pouco difundida pelas Ciências Contábeis em razão da pouca preocupação com as questões de âmbito social, sobretudo pelo fato da Contabilidade Ambiental ser uma novidade em um espaço que só era constituído por pesquisas e trabalhos voltados para a efetuação de cálculos.

Ademais, discutir sobre este tema contribuirá para a abertura de espaço para que outras pesquisas sobre esta temática surjam e para que ela adentre as empresas e os debates na academia. No âmbito acadêmico, este estudo se faz importante, pois traz uma reflexão acerca da relevância de olhar para o processo de desenvolvimento sustentável, colocando em tela as contribuições possibilitadas pela contabilidade ambiental e pelo profissional deste ramo.

Buscando abarcar todas as discussões as quais esse trabalho se propõe, ele está dividido de forma que na primeira sessão, destinada a discussão do referencial teórico, há uma discussão sobre a história, o conceito e a aplicabilidade da Contabilidade Ambiental, apresentando e analisando os estudos realizados por outros autores e que servem de base teórica para este estudo, expondo suas contribuições para este estudo e para a compreensão do tema em tela.

Posteriormente, na sessão dedicada à metodologia de pesquisa, é discutida a pesquisa e os procedimentos de investigação, expondo a abordagem que esta pesquisa segue, como também, o método de coleta de dados escolhido.

Após, na sessão 4, é apresentada a análise e os resultados alcançados com esta pesquisa. Por fim, há algumas considerações sobre a temática alvo e sobre a realização deste estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contabilidade Ambiental

Numa perspectiva histórica, verifica-se que a Contabilidade está entre as profissões mais antigas existentes no planeta. Esta ciência sempre teve a função de quantificar a riqueza dos seres humanos, de forma que servia para contar os recursos financeiros e medir o patrimônio que cada indivíduo ou família possuía. Deste modo, para Ferreira (2006), a Contabilidade vem seguindo o desenvolvimento econômico das sociedades e elaborando técnicas novas de identificação, mensuração e evidenciação dos acontecimentos econômicos e financeiros que afetam o patrimônio das pessoas físicas ou jurídicas.

Já a Contabilidade Ambiental, surgiu apenas na década de 70, fruto das lutas dos diversos movimentos sociais que lutaram/lutam pelas causas ambientais. Assim, de acordo com Pinto et al, 2006, p.7), os diversos movimentos buscaram levantar a discussão acerca dos problemas causados pelas indústrias que degradavam o meio ambiente e buscar soluções eficazes.

Estes movimentos se intensificam cada vez mais ao longo do tempo até que passaram a ser lei. O aparecimento de uma legislação que normatiza as questões referentes ao meio ambiente ocorreu com o surgimento do Direito Ambiental, e com a vigência da lei 6.938 de 31 de agosto de 1981, que institui a Política Nacional do Meio Ambiente. Esta Lei é

antecessora e dentre as normas que estabelece, define que o poluidor é obrigado a indenizar danos ambientais que causar, independentemente da culpa. O Ministério Público pode propor ações de responsabilidade civil por danos ao meio ambiente, impondo ao poluidor a obrigação de recuperar e/ou indenizar prejuízos causados. Esta lei rege a obrigatoriedade dos estudos e dos respectivos relatórios de Impacto Ambiental, e delibera sobre a obrigação que as empresas têm de renovar os recursos naturais utilizados por elas. As empresas que não cumprirem com tal exigência devem arcar com as consequências, inclusive, sanções penais, além da pressão que as instituições públicas e privadas de defesa ambiental lhes imporão. Ademais, as empresas que não adotarem esta postura de conscientização ambiental se tornam mal vistas por investidores que apostam em organizações que não poluem o meio ambiente e nem causam nenhum tipo de degradação ambiental. (KRAEMER, 2005).

Assim, com o marco do Direito Ambiental, atitudes de preservação e de responsabilidade ambiental passam a serem exigidas legalmente das empresas que utilizam recursos naturais no seu funcionamento. Além disso, com as exigências legais, os custos das ações realizadas para renovar os recursos naturais utilizados pela empresa, devem ser considerados e previstos na hora da tomada de decisão e durante todo o processo de gestão da empresa.

Carvalho (2008) informa que a discussão sobre a Contabilidade Ambiental teve início no ano de 1991, com o Grupo de Trabalho Intergovernamental das Nações Unidas de Especialistas em Padrões Internacionais de Contabilidade e Relatórios. Desta feita, a formalização deste segmento da Contabilidade teve seu marco inicial na elaboração do Relatório Financeiro sobre passivos e custos ambientais, com data de fevereiro de 1998.

Kraemer & Tinoco (2004) corroboram com essa afirmação e diz que

a Contabilidade Ambiental passou a ter status de novo no ramo da Ciência Contábil em fevereiro de 1998, com a finalização do “Relatório financeiro e contábil sobre o passivo e custos ambientais”, pelo Grupo de Trabalho Intergovernamental das Nações Unidas de Especialistas em Padrões Internacionais de Contabilidade e Relatórios (Isar – United Nations Intergovernmental Working Group of Experts on International of Accounting and Reporting). (KRAEMER & TINOCO, 2004, p.32).

Deste modo, o conceito de Contabilidade Ambiental surge no ano de 1998 a partir da elaboração deste documento denominado de “Relatório Financeiro e Contábil sobre Passivo e Custos Ambientais” por ocasião da reunião do Grupo de trabalho intergovernamental das Nações Unidas de Especialistas em padrões Internacionais de Contabilidade e Relatórios.

A partir daí, a Contabilidade passa a configurar como ciência e a se firmar no mercado de trabalho como um instrumento de contribuição para as empresas que passam a refletir e adotar uma postura de atuação relativa ao meio ambiente.

No cenário atual, há uma necessidade urgente das empresas adotarem uma forma eficaz de gestão sustentável. Sendo assim, para Mendes (2009), a Contabilidade no âmbito empresarial é imprescindível e tem a função de fornecer informações e suporte referente ao desenvolvimento do patrimônio econômico e financeiro de uma organização. O Contador não pode deixar de aceitar o desafio de contribuir para o desenvolvimento sustentável.

Segundo Kraemer & Tinoco (2004), a Contabilidade Ambiental é um ramo da Contabilidade que tem a finalidade de identificar, mensurar e informar sobre os eventos e transações relativas aos aspectos econômicos e financeiros da empresa que tenham ligação com a proteção, preservação e recuperação ambiental, num determinado período de funcionamento da atividade empresarial.

É importante frisar que a Contabilidade Ambiental tem se destacado no cenário da administração de empresas e desempenha um importante papel, sobretudo dentro daquelas que prezam pelo desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, fica a cargo da Contabilidade Ambiental, fazer o levantamento de dados financeiros corretos e socializar as informações sobre a empresa.

Deste modo, a contabilidade Ambiental assume um papel preventivo e basilar para o desenvolvimento sustentável e sadio da empresa.

De acordo com Ferreira (2006, p.32), pode-se conceituar a Contabilidade Ambiental como o setor responsável por analisar o patrimônio ambiental que é composto por bens, direitos e obrigações ambientais das instituições sejam estas públicas ou privadas. A finalidade desta ciência é oferecer informações acerca dos fenômenos ambientais causadores de transformações na situação patrimonial, assim como, realizar a identificação, mensuração e evidenciação dos recursos utilizados para proteção e preservação do meio ambiente contribuindo para o Sistema de Gestão Sustentável.

Desta forma, a contabilidade ambiental é de suma importância para o bom desenvolvimento e crescimento de uma empresa. Essa necessidade se acentua mais ainda quando considera-se a atual conjuntura, na qual a necessidade de preservar e utilizar os recursos naturais de forma sustentável é evidente.

3 METODOLOGIA

Buscando atender aos objetivos propostos neste trabalho, foi adotada a pesquisa qualitativa, que segundo Ludke & André (1986), “[...] se desenvolve numa situação natural, é rica em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada.” (p.18). Assim, a abordagem qualitativa foi escolhida, pois permite ir além da mera quantificação e mensuração de dados, possibilita descrevê-los e interpretá-los/analísá-los.

Quanto aos fins, esta pesquisa se caracteriza como descritiva, pois busca descrever “as características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.” (GIL, 1991, p.46).

No que diz respeito aos meios, este estudo se classifica como uma pesquisa bibliográfica. De acordo com Gil (1991, p.48), a pesquisa bibliográfica é “desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.”.

Este estudo, ora apresentado, será exclusivamente de cunho bibliográfico. A pesquisa bibliográfica consiste na leitura e análise sistemática da bibliografia existente, para que assim, sejam selecionadas aquelas que dizem respeito à temática estudada, a fim de analisá-las, contrapô-las e, dessa forma, chegar-se a uma resposta que satisfaça os objetivos deste trabalho ora proposto. Esta metodologia de pesquisa auxilia no conhecimento das variáveis e na autenticidade da pesquisa e é rica em dados, permitindo descrever e analisar o fenômeno estudado sem precisar ir a campo para conhecê-lo diretamente. Além disso, a pesquisa bibliográfica revela a realidade de forma múltipla e abrange uma vasta diversidade de informações, ou seja, ao pesquisar a bibliografia já existente referente a este tema, temos contato com diferentes pontos de vistas que representam as distintas opiniões existentes e mostram o fenômeno através de diversos ângulos.

Levando em consideração a pesquisa bibliográfica, foram utilizados como fonte de coleta de dados artigos científicos, livros, a legislação que compõe o Direito Ambiental.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O consumo exagerado, a produção desmedida e os usos exacerbados dos recursos naturais geram grande impacto no meio ambiente. Assim, cada vez mais a sociedade como um todo atenta para a necessidade de se conscientizar e adotar posturas que busquem a utilização consciente e sustentável dos recursos naturais. Essa tomada de consciência parte tanto das pessoas, de forma individual, quanto, sobretudo, das empresas, já que elas são responsáveis por uma boa parcela do uso de recursos naturais. Rocco (2009, p.87) coloca que

as empresas, até recentemente consideradas como as eternas vilãs da qualidade ambiental, passam a ser compreendidas como importantes aliadas na construção da gestão participativa, por meio da cooperação com o poder público e com a sociedade civil organizada, pela gradual perda da centralidade estatal e pela busca da qualidade de vida. Hoje, a legislação ambiental estimula a participação do empresariado na implementação das políticas públicas ambientais. A exemplo disso, temos a Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, a Lei n.º 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e a Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (ROCCO, 2009, p. 87).

Assim, a responsabilidade pela preservação ambiental é descentralizada e, os cidadãos, mas, sobretudo, as empresas também passam a ser responsáveis pela construção e implementação de projetos que buscam a preservação dos recursos naturais.

Nesse contexto em que as empresas buscam pela preservação dos recursos naturais, ter um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) é fundamental, uma vez que propicia à empresa cuidar, proteger e gerenciar os recursos naturais de forma organizada e prática.

O Sistema de Gestão Ambiental é o conjunto de políticas, práticas e procedimentos técnicos e administrativos de uma empresa que tem como objetivo obter um melhor desempenho ambiental, em outras palavras, é um plano integrado que busca viabilizar a produção da empresa, levando em consideração a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade. A empresa ter um SGA torna-se ainda mais importante na atualidade, pois, cada vez mais há a valorização das empresas que consideram o cuidado com a natureza.

Assim, O SGA busca fazer um levantamento da situação de produção e finanças da empresa para levantar as possibilidades de melhorias tanto na produção e, conseqüentemente, no lucro, como na redução dos impactos causados pelas suas atividades para os recursos naturais.

Para Pinto et al (2006, p.8), o SGA é um modelo sustentável de gerenciamento baseado em cinco princípios que devem ser obedecidos pelas empresas, a saber: conhecer o

que deve ser realizado, assegurando o comprometimento com o SGA e definindo a política ambiental; elaborar um plano de ação voltado ao atendimento dos requisitos da política ambiental; assegurar as condições para o cumprimento dos objetivos e metas ambientais e implementar as ferramentas de sustentação necessárias; realizar avaliações quali-quantitativas periódicas de conformidade ambiental da empresa; e revisar e aperfeiçoar a política ambiental, os objetivos e metas e as ações implementadas para assegurar a melhoria contínua do desempenho ambiental da empresa.

Esses princípios norteiam o planejamento e execução do SGA e asseguram que a empresa continue a produzir e a obter lucro, mas utilizando de forma responsável os recursos naturais e, assim, seja bem vista, no que se refere à conscientização ambiental e a busca pela sustentabilidade.

Para Pinto et al (2006, p.8), há algumas etapas necessárias para que as empresas alcancem a excelência ambiental, são elas:

a) desenvolvimento e publicação de uma política ambiental; b) Estabelecimento de metas e avaliação de ganhos; c) Definição clara das responsabilidades ambientais de cada uma das áreas e do pessoal administrativo; d) Divulgação interna e externa da política, dos objetivos, metas e responsabilidades; e) Obtenção de recursos adequados; f) Educação e treinamento de pessoal e informação aos consumidores e à comunidade; g) Acompanhamento da situação ambiental da empresa com auditorias e relatórios; h) Acompanhamento da evolução da discussão sobre a temática ambiental; i) Contribuição para os programas ambientais da comunidade e investimento em pesquisas e desenvolvimento aplicados à área ambiental; j) Equilíbrio e conciliação entre os diferentes interesses existentes entre todos os envolvidos: empresa, consumidores, comunidade e acionistas. (PINTO et al, 2006, p.8)

Nestas ações a contabilidade financeira ambiental é basilar, pois o profissional desta área ajudará no processo de levantamento de informações, definindo o projeto da empresa, como também, na revisão ambiental inicial para planejamento do SGA, além de atuar durante todo o processo de implementação do SGA e de seus projetos e de acompanhar e avaliar a situação ambiental da empresa.

Ser uma empresa que gerencie os aspectos ambientais de forma eficiente não é algo simples de fazer, todavia, é necessário e possível de ser feito. É um processo que envolve comprometimento e envolvimento de todos os setores da empresa e que traz, também, melhorias para todos eles.

Além das melhorias alcançadas, ter um sistema de gestão ambiental traz inúmeros benefícios. Dentre eles, é necessário citar o progresso no gerenciamento dos recursos tanto materiais, quanto humanos, a redução de riscos de acidentes ecológicos que além de degradar

demasiadamente o ambiente, ainda traz uma imagem negativa para a empresa e gera gastos exorbitantes.

Ademais, ter um sistema de gestão ambiental diminui gastos energéticos que recai diretamente e de forma positiva nos gastos da empresa, fortalece a imagem da empresa junto à comunidade, aos fornecedores, e toda a sociedade que demonstra progressivamente uma grande preocupação em procurar produtos e serviços oriundos de empresas que atentam para a sustentabilidade, e propicia buscar financiamentos governamentais e bancários e programas de investimento, que acrescentam de forma positiva para a empresa.

Nesta linha, ter na empresa profissionais da contabilidade que entendem a responsabilidade que a contabilidade deve assumir perante às questões sociais e ambientais, buscando alternativas para alcançar o desenvolvimento sustentável é essencial.

Pinto et al (2006, p.9), com base na EPA (Environmental Protection Agency- EUA, 2002), elenca as contribuições que a contabilidade de gestão ambiental traz para as empresas. São elas: focalizar nos custos internos à companhia, não ocasionando custos externos à sociedade; enfatizar a contabilidade para custos ambientais; abarcar as informações explícitas em fluxos do exame e os fatos dos materiais e da energia, como também, informações ambientais e de custos; e permitir que as informações geradas pelo profissional da contabilidade ambiental sejam usadas em diversos tipos de atividades e durante os processos de tomada de decisões, além de ser extremamente útil para atividades ambientais realizadas pela empresa.

Deste modo, o contador ambiental é um elemento chave dentro da empresa e desenvolve atividades de suma importância para que a empresa construa e coloque em prática um sistema de gestão ambiental, além de avaliar e acompanhar todo o crescimento da empresa, buscando estratégias para alavancá-lo, de forma sustentável e zelando pelos recursos naturais.

5 CONCLUSÃO

Estudar sobre a contabilidade ambiental na construção do desenvolvimento sustentável revela como esta questão é urgente, complexa e ampla e nos remete a refletir sobre o significado que a sociedade atribui as questões de preservação dos recursos naturais.

A contabilidade, assim como todas as outras áreas, é influenciada por diversos aspectos históricos, sociais e ambientais e sofrem mudanças, adaptações. Nesse contexto de

mudanças e adaptações às novas necessidades histórico-sociais da sociedade e ambientais é que a contabilidade ambiental surge e cada vez mais ganha espaço.

A Contabilidade Ambiental enxerga a necessidade do desenvolvimento sustentável e compreende que é possível a empresa crescer economicamente, mas preservando os recursos naturais e assumindo e desempenhando práticas e atividades sustentáveis. O contador deve contribuir para que a empresa coloque a preservação ambiental como um fator preponderante na tomada de decisão e na execução das atividades, utilizando os recursos renováveis de forma correta e consciente.

Faz-se urgente que a sociedade, empresas e órgãos públicos ressignifiquem suas concepções e compreendam o contador, como um profissional que conhece e pratica a contabilidade ambiental como um elemento primordial, incentivador das gestões ambientais e responsável por gerar dados apresentáveis contabilmente, nos balanços sociais, e de construir sistemas e métodos de quantificação dos elementos.

A partir da mudança de pensamentos é que podem acontecer as mudanças concretas, que devem ser percebidas no dia-a-dia da empresa, na junção de justiça social, prudência ecológica e no crescimento sustentável desta.

ABSTRACT

The issue of environmental sustainability is of utmost importance, especially when we consider the current situation, in which the need to preserve and use natural resources sustainably is evident. Thus, environmental accounting is very important for the proper development and growth of a company. Thus, the objective of this research is to analyze the accounting contribution to sustainable development, from the assumption that science should not be limited to bookkeeping and quantitative measures of economic and financial assets of a company. And, more specifically, to a brief history of environmental accounting and understand the Counter contributions in adopting a sustainable approach by the company. Therefore, this work follows a qualitative approach that allowed us to analyze the phenomenon, without obligation to quantify it. From this perspective, this work was developed using as a data collection method of the literature. This survey found that the contribution of accounting for this new business trend is the assistance offered to entrepreneurs in the identification and allocation of environmental assets and liabilities, so that companies know what costs and benefits should be adopted for sustainable management. Thus, it is necessary to reflect on this topic, seeking to rethink the meaning attributed to the preservation and renewal of natural resources and in order to implement environmental accounting as an important branch within the Accounting and within the business management.

Key-words: Environmental Accounting. Sustainability. Environmental Management

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Gardênia Maria Braga. **Contabilidade Ambiental: Teoria e Prática**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991. 3ed.
GONÇALVES, L. F. T. O direito ambiental como instrumento de gestão da empresa contemporânea. 2007. 188 f. Dissertação (Mestrado em Direito Empresarial) – Faculdade de Direito Milton Campos, Nova Lima, 2007.

FERREIRA, A. C. S. **Contabilidade Ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

KRAEMER, M. E. P.; TINOCO, J.E.P. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **A Contabilidade como alavanca na construção do desenvolvimento sustentável**. Itajaí, 2005. Disponível em
<www.gestaoambiental.com.br/kraemer.php> . Acesso em: 07/09/2016.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINS, Eliseu; DE LUCA, Márcia M. Mendes. **Ecologia via contabilidade**. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília: CFC, ano 23, nº 86, março 1994. In: SANTOS, Adalto de Oliveira. **Contabilidade Ambiental: Um estudo sobre sua aplicabilidade em empresas brasileiras**. Disponível em: <http://www.serrano.neves.nom.br/MBA_GYN/apsa07.pdf> Acesso em 08 de setembro de 2016.

PINTO, Marcos Oliveira; GUTIERREZ, Ruben Huamanchumo; LONGO, Orlando Celso. **A contribuição da contabilidade para a gestão ambiental**. In: XIII SIMPEP – Bauru, São Paulo, Brasil, 2006. Disponível em: Acesso em: 20 de setembro de 2016.

RIBEIRO, Maísa de Souza; MARTINS, Eliseu. **Ações das empresas para a preservação do meio ambiente**. Boletim da ABRASCA. 1998. In: SANTOS, Adalto de Oliveira. **Contabilidade Ambiental: Um estudo sobre sua aplicabilidade em empresas brasileiras**. Disponível em: <http://www.serrano.neves.nom.br/MBA_GYN/apsa07.pdf> Acesso em 08 de setembro de 2016.

ROCCO, R. Meio Ambiente & Empresa: Os temas relacionados ao papel do setor privado nas novas configurações das políticas ambientais brasileiras. Disponível em: < <http://rogeriorocco.com.br/wp-content/uploads/2010/07/Tema3-Meio-Ambiente-e-Empresa-2009.pdf> > . Acesso em: 21 de setembro de 2016.